

4 – ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

4.1 – Saneamento Financeiro de Estados e Municípios

4.1.1 – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES

A Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.08.2001 (e edições anteriores) estabeleceu mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, pelos quais a União pôde, em relação às instituições financeiras estaduais: adquirir o controle, para privatizá-las ou extingui-las; financiar a extinção ou transformação em instituição não financeira; financiar ajustes prévios para a privatização; financiar, parcialmente, programa de saneamento; e financiar a criação de agências de fomento, dentre outros.

Em 2003 não ocorreram movimentações no âmbito dos contratos firmados ao amparo da referida Medida Provisória. Com o encerramento do prazo de adesão ao PROES ocorrido em 2000, a situação das instituições objeto dos contratos firmados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, posição em 31.12.2003, encontra-se no seguinte estágio:

Tabela 4.1
RESUMO PROES

| SITUAÇÃO | INSTITUIÇÃO FINANCEIRA |
|--|--|
| Em Liquidação Ordinária | Banco do Estado do Acre S. A. – BANACRE |
| | Banco do Estado de Alagoas S. A. – PRODUBAN |
| | Banco do Estado do Amapá S. A. – BANAP |
| | Banco do Estado do Rio Grande do Norte S. A. – BANDERN |
| | Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S. A. – BDRN |
| | Banco de Desenvolvimento do Mato Grosso S. A. – BEMAT |
| | Banco do Estado de Rondônia S. A. – BERON |
| | Caixa Econômica do Estado de Goiás S. A. – CAIXEGO |
| | Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S. A. – MINASCAIXA |
| Extinto | Banco do Estado de Roraima S. A. – BANER |
| Privatizados | Banco do Estado do Amazonas S. A. – BEA |
| | Banco do Estado da Bahia S. A. – BANEBA |
| | Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG |
| | Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ |
| | Banco do Estado do Paraná S.A. – BANESTADO |
| | Banco do Estado de Pernambuco S.A. – BANDEPE |
| | Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – BEMGE |
| | Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL |
| | Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA |
| Federalizados, em processo de privatização | Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC |
| | Banco do Estado do Maranhão S.A. – BEM |
| | Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP |
| | Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC |
| Saneados | Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE |
| | Banco do Estado do Espírito Santo S.A. – BANESTES |
| | Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ |
| | Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL |
| | Nossa Caixa Nosso Banco S.A |

Fonte: BACEN

4.1.2 – Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

Lei nº 7.976, de 27.12.1989 - Financiamento e refinanciamento, pela União, de dívidas internas e externas, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades de suas administrações indiretas pelo prazo de 20 anos. Nessas operações ficaram assegurados aos mutuários os mesmos benefícios que a União viesse a obter nas negociações da sua dívida externa. Ao longo do exercício de 2003, a União recebeu os seguintes valores:

Tabela 4.2
RECEBIMENTOS LEI Nº 7.976/89

| R\$ mil | |
|-----------------------------|-------------------|
| LEI Nº 7.976/89 | VALORES RECEBIDOS |
| Voto CMN 340, de 30.07.1987 | 187.300 |
| Voto CMN 548, de 14.12.1987 | 293.118 |
| Aviso MF 030, de 29.08.1983 | 1.401.497 |
| TOTAL | 1.881.915 |

Fonte: MF/STN

Lei nº 8.727, de 05.11.1993 - Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios junto à União e sua administração indireta. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais. Ao longo do exercício de 2003, a União recebeu R\$ 4.274.594 mil, sendo R\$ 2.059.369 mil referentes a Créditos Recebidos e Transferidos às Entidades Públicas Federais, e R\$ 2.215.225 mil relativos à Créditos da União.

Lei nº 9.496, de 11.09.1997 - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados. Os valores recebidos são utilizados exclusivamente para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do PROES, integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamentos firmados ao amparo da Lei nº 9.496/97, ao longo do exercício de 2003 a União recebeu um total de R\$ 8.281.041mil, sendo R\$ 8.221.767 mil referentes às prestações do refinanciamento e, R\$ 59.274 mil relativos à Conta-Gráfica.

Medida Provisória nº 2.185-35, de 24.08.2001 (e edições anteriores) - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Os valores recebidos são utilizados exclusivamente para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Ao longo do exercício de 2003, a União recebeu R\$ 1.521.345 mil como prestações do refinanciamento.

Medida Provisória nº 2.179-36, de 24.8.2001 – Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.– BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. Durante o exercício de 2003, foram recebidos pelo Tesouro Nacional, R\$ 498.164 mil.

4.2 - Empréstimos Concedidos

Empréstimos concedidos pela União aos Estados, sob a égide da Lei nº 9.846, de 26.10.1999, para ressarcimento em 8 anos a partir de Janeiro/2002, destinado à compensação parcial das perdas das Unidades Federativas em decorrência da aplicação da Lei nº 9.424, de 24.12.1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Ao longo do exercício de 2003, a União recebeu um total de R\$ 605.967 mil, relativo às prestações vencidas no exercício.

4.3 – Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: *Bond Exchange Agreement* - BEA, para juros do período de julho de 1989 a dezembro de 1990 (pendências jurídicas e diferenças em favor do Tesouro Nacional detectadas pelo Banco Central); *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* - BIB, para parcelas de principal de 1987 a 1993; Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP, para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994; e Clube de Paris alcançando parcelas de principal e juros de 01.01.1985 a 31.08.1993. Durante o exercício de 2003, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os seguintes montantes:

Tabela 4.3
DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA

| R\$ mil | |
|--|--------------------------|
| DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA | VALORES RECEBIDOS |
| <i>Bond Exchange Agreement – BEA</i> | 1.559 |
| <i>Brazil Investment Bond Exchange Agreement – BIB</i> | 40.072 |
| <i>Dívida de Médio e Longo Prazos – DMLP</i> | 1.509.486 |
| <i>Clube de Paris</i> | 493.705 |
| TOTAL | 2.044.822 |

Fonte: MF/STN

4.4 - Retorno de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto ao: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, para o Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS; *United States Agency for International Development* - USAID, por meio de acordo de garantia e pagamento, para financiar programa de desenvolvimento científico e tecnológico, e República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. Durante o exercício de 2003, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional, pelos devedores os seguintes montantes:

Tabela 4.4
REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS

| R\$ mil | |
|--------------------------------------|--------------------------|
| REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS | VALORES RECEBIDOS |
| Acordo Brasil- França | 46.655 |
| PMSS | 92.426 |
| USAID – Contrato nº 512-L-088 | 3.515 |
| TOTAL | 142.596 |

Fonte: MF/STN

4.5 - Saneamento de Instituições Financeiras Federais

Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento. Durante o exercício de 2003, foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, agente financeiro da União relativamente aos ativos em foco, R\$ 551.100 mil.

4.6 – Aquisição de Valores Relativos a Participações Governamentais

Cabe à União receber parte dos *royalties* e da participação especial devidos ao Estado do Rio de Janeiro, originários da exploração de petróleo e gás natural, e a totalidade dos *royalties* e da compensação financeira a que tem direito os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrente da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Durante o exercício de 2003, foram transferidos ao Tesouro Nacional R\$ 1.548.113 mil. Ainda no exercício de 2003, a União adquiriu, do Estado do Espírito Santo, mediante autorização contida na Lei nº 10.712, de 12.08.2003, créditos relativos aos *royalties* incidentes sobre a produção de petróleo e gás natural a que o Estado faz jus a partir de janeiro de 2004, pelo valor econômico de R\$ 350.747 mil.

4.7 – Parcelamentos ao amparo da Portaria MF nº 152, de 12.06.1996

Os recebimentos realizados ao amparo da Portaria MF nº 152, relativos aos contratos de parcelamentos de dívidas originárias de convênios municipais inadimplidos junto a órgãos da administração direta e indireta da União, atingiram R\$ 203 mil em 2003. Esses parcelamentos foram liquidados em novembro de 2003 com o pagamento da última prestação.

4.8 – Outros Recebimentos

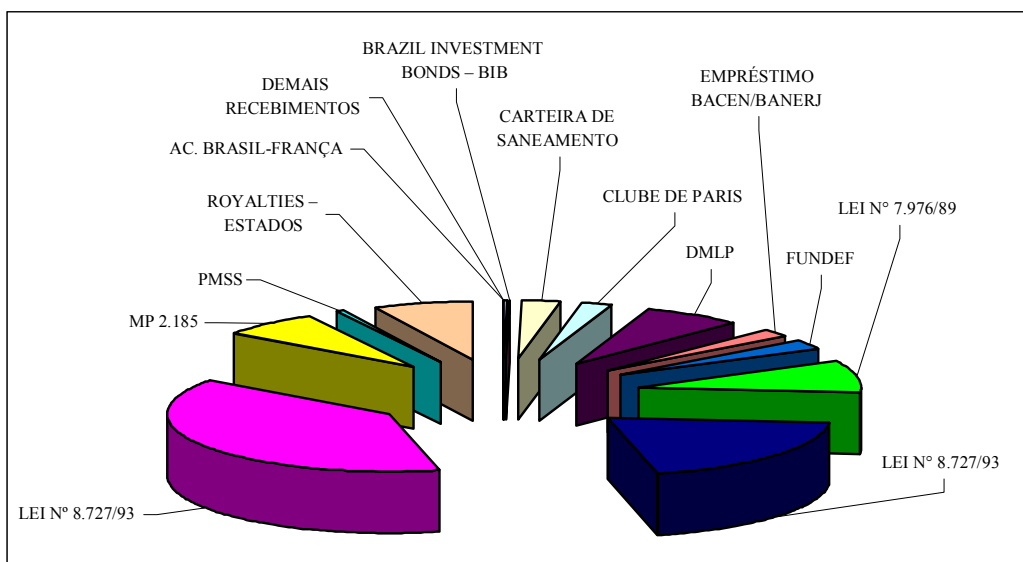
Pelo Contrato de Desmembramento de Dívida nº 517/TN, firmado em 30.12.2002 entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram desmembradas as obrigações do BNDES para com o Tesouro Nacional relativas ao Contrato Particular de Cessão de Crédito e Outras Avencas nº 510/TN, celebrado em 04.09.2002 entre as partes. No exercício de 2003, foram recebidos R\$ 10.343 mil pelo erário.

Tabela 4.5
HAVERES FINANCEIROS – CONSOLIDADO DE RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES / EXERCÍCIO 2003
R\$ mil

| PROGRAMAS | RECEBIMENTOS | ESTOQUE DE |
|--|-------------------|--------------------|
| AC. BRASIL-FRANÇA | 46.655 | 254.977 |
| BNDES | 10.343 | 1.254.877 |
| BOND EXCHANGE AGREEMENT – BEA | 1.559 | 71.449 |
| BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB | 40.072 | 220.973 |
| CARTEIRA DE SANEAMENTO (CAIXA FGTS) | 551.100 | 3.933.017 |
| CLUBE DE PARIS | 493.705 | 1.737.193 |
| DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS-DMLP | 1.509.486 | 17.778.670 |
| EMPRÉSTIMO BACEN/BANERJ MP 2.179 | 498.164 | 8.673.200 |
| FUNDEF | 605.967 | 1.494.905 |
| CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR PARCELAMENTOS – LEI 10522/02 | 117 | 511.134 |
| LEI Nº 7.976/89 - MF 030 | 1.401.497 | 8.064.216 |
| LEI Nº 7.976/89 – VOTO 340/87 | 187.300 | 682.653 |
| LEI Nº 7.976/89 – VOTO 548/87 | 293.118 | 936.840 |
| LEI Nº 8.727/93 | 2.059.369 | 25.681.801 |
| LEI Nº 8.727/93 – RECEITAS UNIÃO | 2.215.225 | 22.124.442 |
| LEI Nº 9.496/97 | 8.281.041 | 211.717.384 |
| MP 2.185 | 1.521.345 | 30.792.135 |
| PMSS | 92.426 | 241.311 |
| PORTARIA MF 152 | 203 | 0 |
| AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS | 1.548.113 | 18.838.976 |
| USAID – CONTRATO 512L088 - SP | 3.515 | 1.568 |
| TOTAIS | 21.360.320 | 355.011.721 |

Fonte:MF/STN

Gráfico 4.1
ORIGEM DAS RECEITAS RELATIVAS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - EXERCÍCIO 2003



Fonte:MF/STN